



PARECER PRÉVIO Nº 15/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 2002/2009 (12 vol).

Apeensos: Processos nsº 2159/2016, 1801/2016, 4149/2008 e 583/2009.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Guajará.

4- Exercício: 2008.

5- Responsável: Sr. Samuel Farias de Oliveira – Prefeito Municipal de Guajará.

6- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 6816/2011- MP-CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas (fls.2180/2182v).

8- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Guajará. Exercício de 2008.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

9.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a Desaprovação das Contas Anuais do **Sr. Samuel Farias de Oliveira** na Prefeitura de Município de Guajará, referente ao exercício de 2008, Prefeito e Ordenador de Despesa, mantendo integralmente o sugerido no Voto original, nos termos do art. 1º, inciso I, c/c o art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96 e art. 11, inciso III, alínea “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.2. Determinar à Câmara Municipal de Guajará o cumprimento no art. 127, §§ 5º, 6º e 7º, da Constituição do Estado do Amazonas, em especial o prazo de 60 dias para o julgamento das contas;

10- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 14 de Março de 2017.



PARECER PRÉVIO Nº 15/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1- Declaração de Impedimento: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro (art. 65 do Regimento Interno).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Relator

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 15/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 15/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 2002/2009.

Aposos: Processos nsº 2159/2016, 1801/2016, 4149/2008 e 583/2009.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Guajará.

4- Exercício: 2008.

5- Responsável: Sr. Samuel Farias de Oliveira – Prefeito Municipal de Guajará.

6- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 6816/2011-MP-CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas (fls.2180/2182v).

8- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Guajará. Exercício de 2008.

Irregularidade. Multa. Recomendação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1. Julgar irregular a Prestação de Contas do **Sr. Samuel Farias de Oliveira**, responsável pela Prefeitura Municipal de Guajará, no curso do exercício de 2008, nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96, em razão das falhas supracitadas;

9.2. Aplicar Multa ao **Sr. Samuel Farias de Oliveira** no valor total de R\$ 23.016,64 (vinte e três mil, dezesseis reais e sessenta e quatro centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ nos termos abaixo discriminados. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.

9.2.1. No valor de R\$ 1.096,03 (um mil, noventa e seis reais e três centavos), conforme o art. 308, inciso II da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº. 25/2012-TCE/AM e art. 6º-A, inciso V, da Resolução nº. 07/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução nº. 02/2007, também do TCE/AM, por cada mês de atraso no encaminhamento, por meio magnético (ACP), dos demonstrativos contábeis referentes aos meses de janeiro a dezembro (12 meses),



ACÓRDÃO Nº 15/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 15/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

totalizando o montante de R\$ 13.152,36 (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos), item 1 do Relatório/Voto;

9.2.2. No valor de R\$ 1.096,03 (um mil, noventa e seis reais e três centavos), conforme o art. 308, inciso II da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº. 25/2012 TCE/AM pela inobservância de prazos legais para remessa ao Tribunal por meio informatizado dos convênios relatados no item 2 do Relatório/Voto;

9.2.3. No valor de R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com fulcro no art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº 25/2012. Pelos atos praticados com grave infração de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes nos itens 3 a 8 deste voto.

9.3. Recomendar à Prefeitura Municipal de Guajará:

9.3.1 Tomar providências necessárias no sentido de atualizar os registros funcionais dos servidores em suas pastas dossiê;

9.3.2 Adotar providências cabíveis com o objetivo de emitir as declarações de bens dos servidores nomeados em cargo comissionado, conforme art. 13, da Lei nº 8.429/92 e disposições da Lei nº 8.730/93 c/c o art. 289, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.3.3 Tomar providências necessárias para a formalização dos relatórios de viagem, toda vez que houver concessão de diárias;

9.3.4 Adotar todas as providências cabíveis no sentido de que quando houver nomeação, admissão ou contratação de pessoal, remeter a este Tribunal a documentação pertinente a estes atos;

9.3.5 Tomar providências necessárias no sentido de realizar com maior brevidade possível, concurso público, com o objetivo de regularizar a situação do Quadro de Pessoal, tendo em vista o grande número de servidores contratados temporariamente;

9.3.6 Adotar providências no sentido de solicitar ao Setor competente o correto preenchimento tempestivo dos campos via magnético do Sistema ACP, que se fizerem necessários, conforme a Resolução nº 10/2012-TCE/AM;

9.3.7 Tomar providências imediatas para elaboração da Lei Municipal



ACÓRDÃO Nº 15/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 15/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

que dispõe sobre o Quadro de Pessoal Efetivo, Comissionado e Função Gratificada, junto ao Poder Legislativo Municipal de Guajará;

- 9.3.8** Adotar providências no sentido de que apresente documentações referentes ao acompanhamento e fiscalização por Conselho, das despesas com saúde aplicadas por meio do Fundo Municipal de Saúde, conforme determina o art. 77, § 3º do ADCT da CF/88, quando da inspeção *in loco*.

Nos termos do Voto-destaque do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, acolhido em sessão pelo Relator; determinar o envio ao Ministério Público do Estado do Amazonas, as peças processuais necessárias à demonstração da necessidade de investigação e apuração de ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 22, da Lei nº 8.429/92, devendo esta providência ser adotada pela Secretaria do Tribunal Pleno, imediatamente após a publicação do Acórdão que resultar deste processo, tendo em vista os prazos prescricionais previstos no art. 25, da referida Lei.

10- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 14 de Março de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1- Declaração de Impedimento: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro-Redator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral